



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº PL./0162.7/2021

“Altera a Lei nº 15.734, de 2012, que "Autoriza a abertura dos ginásios de esportes anexos às escolas estaduais para o uso da comunidade fora do horário letivo, e adota outras disposições", para o fim de incluir as quadras poliesportivas, campos de futebol e espaços congêneres.”

Autoria: Deputado Marcius Machado

Relator: Deputado Fabiano da Luz

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei, de iniciativa parlamentar, que busca alterar a Lei nº 15.734, de 2012 que autoriza a abertura dos ginásios de esportes anexos às escolas estaduais para o uso da comunidade fora do horário letivo, para o fim de incluir as quadras poliesportivas, campos de futebol e espaços congêneres.

Da Justificação à proposição (fl. 03), trago à colação o que segue:

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de alterar o art. 1º da Lei nº 15.734, de 04 de janeiro de 2012, que "Autoriza a abertura dos ginásios de esportes anexos às escolas estaduais para o uso da comunidade fora do horário letivo, e adota outras disposições", para o fim de estender o alcance da norma às quadras poliesportivas, aos campos de futebol e espaços congêneres, bem como aperfeiçoar a sua redação, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.



A matéria foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 06 de maio de 2021 e, posteriormente, distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, na qual fui designado Relator.

Em seguida solicitei diligência a Secretaria de Estado de Educação, que se manifestou nos seguintes termos:

Inicialmente, importa consignar que esta COJUR, em atenção ao Ofício no845/CC-DIAUGEMAT, bem como ao pedido contido no Ofício GPS/DU046212021, solicitou à Diretoria afeta à matéria que se manifestasse acerca do mérito do PL apresentado, o que restou materializado no Ofício n" 57901202'a (f1.0010). Informou a Diretoria de Ensino que "não se opõe a proposta pleiteada, uma vez que se trata do uso da comunidade em geral, em horários que não coincidam com o das atividades escolares. No entanto, há preocupações quanto as responsabilidades de abertura e fechamento dos ambientes cedidos, acompanhamento das atividades, cuidado e preservação do patrimônio, bem como a responsabilidade com possíveis danos físicos e/ou morais que possam ocorrer nas dependências da unidade escolar, como abusos de menores, por exemplo".

Vê-se que o projeto de lei em apreço propõe alteração para a Lei no 15.734, de2012, no sentido de incluir na autorização as quadras poliesportivas, campos de futebol e espaços congêneres. Referida Lei dispõe também acerca dos procedimentos para manutenção e limpeza do espaço.

Conforme acima evidenciado, a temática abordada na proposição já foi regulamentada em veículo normativo existente no ordenamento jurídico.

Compreende-se que a iniciativa é meritória, não é de iniciativa privativa do Governador do Estado; não interfere em competência exclusiva do Poder Executivo e não importa em aumento de despesa, não se vislumbrando, portanto, óbice ao seu prosseguimento.

É o relatório.



II – VOTO

Em consonância com o que preconiza o Regimento Interno desta Casa Legislativa, em seus arts. 72, I, e 144, I, nesta fase processual compete a esta Comissão de Constituição e Justiça analisar os aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa.

Da análise da proposta, observo que a matéria não se encontra relacionada no rol daquelas cuja iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado, por força do art. 50, § 2º, da Constituição do Estado.

Em face do exposto, com fundamento nos arts. 72, c/c 144, ambos do RIALESC, voto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei nº 0162.7/2021, e pela continuidade da tramitação da matéria.

Sala das Comissões,

Deputado Fabiano da Luz
Relator